



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PRSTM/SECIN/COAVO/SEACO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2020

1. Base de Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Justiça Militar da União (DCONJMU) foram elaboradas tomando por base:

- As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público ([NBC TSP/NBCASP](#)), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;
- As instruções descritas no [Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público \(MCASP\) - 8ª edição](#), fundamentado na Portaria Conjunta da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) n.º [6/2018](#), na Portaria Conjunta da STN e da Secretaria de Previdência (SPREV) n.º [7/2018](#) e na Portaria da STN n.º [877/2018](#);
- A estrutura proposta no [Plano de Contas Aplicado ao Setor Público \(PCASP\)](#), consoante aos dispositivos constantes da Lei n.º [4.320/1964](#), da Lei Complementar n.º [101/2000](#) (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), do Decreto-Lei n.º [200/1967](#), do Decreto n.º [93.872/1986](#), da Lei n.º [10.180/2001](#) e das demais normas técnicas aplicáveis; e
- As Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público ([International Public Sector Accounting Standards - IPSAS](#)) são utilizadas de maneira subsidiária e observadas em sua integridade.

As DCONJMU apresentam as informações das Unidades Gestoras integrantes do Órgão 13000 – Justiça Militar da União (JMU), abaixo relacionadas, e compoem o Processo de Contas do Governo, a ser apreciado pelo Congresso Nacional, o qual compreende a [Prestação de Contas do Presidente da República](#), na qualidade de Chefe do Poder Executivo, bem como as Prestações de Contas dos demais Chefes dos Poderes Legislativo e Judiciário, segundo a independência constitucional de cada ente, tendo sido elaboradas a partir das informações constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI):

Unidades Gestoras		Localização
060001	STM	Brasília/DF
060002	8ª CJM	Belém/PA
060003	10ª CJM	Fortaleza/CE
060004	7ª CJM	Recife/PE
060005	6ª CJM	Salvador/BA
060006	4ª CJM	Juiz de Fora/MG
060007	9ª CJM	Campo Grande/MS
060017	5ª CJM	Curitiba/PR
060018	1ª da 3ª CJM	Porto Alegre/RS
060019	2ª da 3ª CJM	Bagé/RS
060020	3ª da 3ª CJM	Santa Maria/RS
060021	12ª CJM	Manaus/AM
060025	Setorial Orçamentária e Financeira	Brasília/DF
060027	Setorial Contábil	Brasília/DF
060028	Foro da 1ª CJM	Rio de Janeiro/RJ
060029	Foro da 2ª CJM	São Paulo/SP
060030	Foro da 11ª CJM	Brasília/DF

O objetivo principal das DCONJMU é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e prestar contas da gestão econômico-financeira realizada durante o Primeiro Trimestre de 2020.

Nas DCONJMU, os diversos usuários podem encontrar esclarecimentos sobre a posição e a mutação do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa, os fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do Governo Brasileiro, particularizadas pelos dados consolidados das Unidades Gestoras integrantes desta Justiça Especializada.

As estruturas e a composição das DCONJMU estão de acordo com as bases propostas pelas [Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público \(NBCASP\)](#) e [MCASP](#), sendo compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF); e
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

2. Principais Práticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e as políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e as premissas do modelo [PCASP](#), que nortearam a elaboração dessas Notas Explicativas.

2.1. Ativo Circulante

2.1.1. Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis de acordo com as [Normas Brasileiras de Contabilidade N.º 24 TSP](#), de 21 de Novembro de 2019.

2.1.2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não hajam restrições para uso imediato.

2.1.3. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo, relacionados, principalmente, com:

- Créditos tributários;
- Créditos não tributários;
- Fornecimento de bens e serviços;
- Dívida ativa;
- Transferências concedidas;
- Empréstimos e financiamentos concedidos;
- Adiantamentos; e
- Valores a compensar.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. Há também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

2.2. Ativo Investimentos

São compostos por participações permanentes, propriedades para investimento e demais investimentos. As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: o valor justo e o custo depreciado.

2.3. Ativo Imobilizado

O Ativo Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido, inicialmente, com base no valor de aquisição, de construção ou de produção. Após o reconhecimento inicial, fica sujeito à depreciação, à amortização ou à exaustão (quando tiver vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, à construção ou à produção são incorporados ao valor do Ativo Imobilizado, desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se esses gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) do período.

2.3.1. Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

As bases de cálculo para a depreciação, para a amortização e para a exaustão são o custo do Ativo Imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das cotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

Verifica-se, no tocante aos lançamentos contábeis relativos à depreciação, exaustão e amortização no âmbito da JMU, que:

- Inexistem, no balanço da JMU, quaisquer valores e incorporações sujeitos à exaustão;
- As rotinas e registros contábeis das depreciações, conforme esclarecido, foram integralmente regularizadas durante o exercício de 2019; e
- Serão implementadas, em 2020, as rotinas necessárias ao acerto contábil das amortizações.

2.3.2. Método das cotas constantes

Utilização da Tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade (CCONT/SUCON/STN/MF), inserida no Manual SIAFI, [Macrofunção SIAFI 02.03.30](#) - Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações;

2.3.3. Redução ao Valor Recuperável

A entidade avalia se há qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo. Caso haja indício, deverá estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade.

A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor, seguem as orientações do [MCASP](#) (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFI, especificamente na [Macrofunção 020335](#) – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, disponível no sítio da STN/ME (conteudo.tesouro.gov.br).

2.3.4. Depreciação de bens Imóveis cadastrados no SPIUNET

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União (SPIUnet), gerido pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG n.º [703/2014](#).

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das Fundações Públicas Federais é apurado mensal e automaticamente pelo Sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, em que a depreciação se inicia ao longo da vida da benfeitoria, segundo ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação. Essa depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos Sistemas Corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, Autarquias e Fundações Públicas Federais são:

- I - atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;
- II - reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

2.3.5. Reavaliação de bens Imóveis

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU n.º [3/2014](#), os valores dos bens imóveis de uso especial da União, Autarquias e Fundações Públicas Federais deverão ser reavaliados. Aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU, e, quando houver alteração de área construída, independentemente do valor investido, seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados, sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

2.4. Ativo Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*), seguindo os procedimentos estabelecidos pela [Macrofunção SIAFI 02.11.30](#).

2.4.1. Amortização

A amortização consiste na alocação sistemática do valor amortizável de ativo intangível ao longo da sua vida útil, ou seja, o reconhecimento da perda do valor do ativo ao longo do tempo.

Um ativo intangível com vida útil definida deve ser amortizado, e a despesa de amortização para cada período deve ser reconhecida no resultado. Como exemplos de intangíveis, os direitos de exploração de serviços públicos mediante concessão ou permissão do Poder Público, marcas e patentes, softwares e o fundo de comércio adquirido. Mensalmente deve ser contabilizada a amortização desses bens, em conta redutora específica.

O registro, no SIAFI, da amortização dos itens constantes do Ativo Intangível, de todas as Unidades Gestoras desta Corte, será realizado quando a operacionalização plena do módulo patrimonial do GEAFIN estiver concluída. Estudos e funcionalidades necessários ao controle, ao acompanhamento e à mensuração do Ativo Intangível estão sendo providenciados.

2.5. Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- (I) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- (II) empréstimos e financiamentos;
- (III) fornecedores e contas a pagar;
- (IV) obrigações fiscais;
- (V) obrigações de repartições a outros entes;
- (VI) provisões e
- (VII) demais obrigações.

2.5.1. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

2.5.2. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, ou seja, aos servidores públicos e aos empregados das empresas estatais dependentes, referentes a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas.

Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União, relacionados com aposentadorias e pensões, são também reconhecidos pelo regime de competência.

Na União, têm sido contabilizadas as provisões relacionadas ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União, que adota o plano de benefício definido. Nesse plano, os riscos atuarial e dos investimentos recaem parcial ou integralmente para a União.

A contabilização dos custos de tais planos exige a mensuração das obrigações atuariais, podendo gerar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassar o valor dos ativos do plano de benefícios ou um ativo na situação inversa.

O registro de provisões para benefícios pós-emprego abrange servidores públicos civis e as pensões decorrentes de militares das Forças Armadas, ainda não sendo constituídas provisões relativas aos militares inativos.

3. Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis

A conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação de que as demonstrações contábeis geradas pelo SIAFI estão de acordo com a Lei n.º 4.320/1964, com o MCASP e com os procedimentos descritos na [Macrofunção 02.03.15](#) do Manual SIAFI, além de permitir a sinalização de situações que possam causar distorções relevantes nos valores evidenciados.

O processo de conformidade contábil está estruturado da seguinte forma:

I. Setorial Contábil de Unidade Gestora – responsável pelo acompanhamento da execução contábil de um determinado número de unidades gestoras executoras;

II. Setorial Contábil de Órgão – responsável pelo acompanhamento da execução contábil de determinado órgão, compreendendo as unidades gestoras a este pertencentes;

III. Setorial Contábil de Órgão Superior – unidade de gestão interna dos Ministérios e órgãos equivalentes, responsáveis pelo acompanhamento contábil dos órgãos e entidades vinculados; e

IV. STN – órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, responsável pela conformidade do Balanço Geral da União (BGU).

Os órgãos superiores devem envidar esforços para correção dos problemas contábeis durante o exercício que ensejem no registro de restrições contábeis, na conformidade mensal.

Havendo a permanência de restrições contábeis ao final do exercício, deverão ser devidamente justificadas por meio da Declaração do Contador, com a finalidade de esclarecer os motivos da permanência das restrições apontadas.

Os gestores e os profissionais de contabilidade são conjuntamente responsáveis pela conformidade das demonstrações contábeis. Os gestores, por praticarem os atos e os fatos que promovem impacto nessas demonstrações. Os profissionais de contabilidade, por analisarem as informações e proporem as soluções para corrigirem eventuais inconsistências contábeis.

Além dos processos de conformidade contábil realizados mensalmente, ao final do exercício, as Setoriais Contábeis de Órgão Superior encaminham para a STN a Declaração do Contador.

Nessa declaração, o contador responsável de cada órgão evidenciará se os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa) refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, a financeira e a patrimonial.

Se tudo estiver de acordo com as normas aplicáveis, o contador registra a Declaração Plena. Se houver apontamentos, registra a Declaração com Ressalva.

4. Composição dos Principais Itens das Demonstrações

4.1. Balanço Patrimonial

Nota 1 – Ativo Circulante – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes de caixa, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa, no valor de R\$ 53.377 mil, refere-se aos valores disponíveis para transferências e para liquidação de obrigações de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e com fornecedores – R\$ 53.173 mil – e depósitos e cauções recebidos – R\$ 204 mil.

Tabela 1 – Caixa e equivalentes de caixa – Composição

Identificação da Disponibilidade de Caixa	R\$ milhares	
	31/3/2020	31/12/2019
Fonte 100 – Recursos Ordinários	39.424	34.710
Total de Recursos Não Vinculados	39.424	34.710
Fonte 127 – Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	2.604	1.799
Fonte 150 – Recursos Não Financeiros Diret. Arrecadados	4.607	4.531
Fonte 151 – Recursos Livres da Seguridade Social	3.851	-

Fonte 153 – Recursos Destinados às Atividades-Fins Seguridade Social	133	133
Fonte 156 – Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	246	246
Fonte 169 – Contrib. Patronal p/ Plano Seguridade Social Servidor	2.170	10
Fonte 190 – Cancelamento de OB Após Remessa ao Banco	24	-
Fonte 300 – Recursos Ordinários – Créd. do Tesouro de Exercício Anterior	42	42
Fonte 350 – Créditos Extraordinários	72	72
Total dos Recursos Vinculados	13.749	6.833
Total da Disponibilidade de Caixa	53.173	41.544
Demais Contas - Caixa Econômica Federal	204	204
Caixa e Equivalente de Caixa Nacional	53.377	41.748

Fonte: SIAFI 2019 e 2020

Nota 2 – Ativo Circulante – Demais créditos e valores a curto prazo

Composto por adiantamentos concedidos a pessoal, suprimentos de fundos e créditos a receber.

Os adiantamentos concedidos a pessoal são oriundos dos registros da folha de pagamento de servidores e de magistrados, cuja conciliação para ajustes e/ou baixas é realizada pela Diretoria de Pessoal (DIPES), por meio do Sistema de Recursos Humanos (SRH), utilizado na elaboração da folha de pagamento.

Tabela 2 – Demais créditos e valores a curto prazo – Composição

R\$ milhares

	31/3/2020	31/12/2019	Varição
Outros Créditos a Receber - Adiantamento - TED	5.025	5.025	--
Adiantamentos concedidos a pessoal	2.851	5.568	(2.717)
- 13º salário	--	2.622	(2.622)
- 1/3 de férias	2.425	2.245	180
- Salários e ordenados	426	701	(275)
Suprimento de fundos	119	--	119
Total	7.995	10.593	(2.598)

Fonte: SIAFI 2019 e 2020

A redução dos adiantamentos de 13º salário deve-se ao novo critério contábil adotado pela STN por meio da [Macrofunção SIAFI 02.11.42](#) - Folha de Pagamento, que estabelece a confrontação mensal entre os saldos dos adiantamentos realizados (Adiantamentos – 13º Salário) e do passivo (13º Salário a Pagar), devendo apresentar saldo apenas em um deles.

O valor de R\$ 5.025 mil do Adiantamento de Termo de Execução Descentralizada (TED) deve-se à nova metodologia da STN, a qual registra todas as descentralizações financeiras realizadas para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora. Os Órgãos Públicos parceiros são: Departamento de Engenharia e Construção (DEC) do Exército Brasileiro, Fundação Universidade de Brasília (FUB), Senado Federal e Base de Hidrografia da Marinha, conforme descrito na Tabela a seguir:

Tabela 3 – Outros créditos a receber – Adiantamento – TED – Composição

R\$ milhares

	31/3/2020
Comando do Exército – Departamento de Engenharia e Construção	4.587
Fundação Universidade de Brasília	154
Fundação Universidade de Brasília	230
Senado Federal	54
Total	5.025

Fonte: SIAFI 2020

Nota 3 – Ativo Circulante – Estoques

Em 31/3/2020, a JMU possuía o montante de R\$ 823 mil em estoque de material de consumo e mercadorias para doação (R\$ 838 mil em 31/12/2019).

O Superior Tribunal Militar (STM - UG 060001) promoveu, em novembro de 2018, a migração do controle de material em estoque para o Sistema GEAFIN, passando a adotar o custo médio ponderado como método de mensuração do material em estoque, em substituição ao Sistema PEPS (Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair), disponível no Sistema LICIMAP, utilizado até outubro/2018.

As demais Unidades Gestoras da JMU não registram, em estoque, os itens de almoxarifado e de material de consumo, tendo em vista sua baixa materialidade, quantidade e relevância, comparativamente ao custo-benefício da manutenção de controle de estoque e respectivos relatórios de almoxarifado. Portanto, as entradas são registradas como consumo imediato diretamente em contas de VPD.

Nota 4 – Ativo Não Circulante – Imobilizado – Bens Móveis e Depreciação

Em 31/3/2020, a JMU detinha o montante de R\$ 33.347 mil em bens móveis (R\$ 33.270 mil em 31/12/2019), sendo R\$ 61.395 mil relativos ao custo de aquisição (R\$ 60.497 mil em 31/12/2019), dos quais se deduz o valor de R\$ 28.048 mil concernente à depreciação acumulada (R\$ 27.227 mil em 31/12/2019).

Em 2019, foram realizadas várias doações de automóveis usados para outros órgãos da Administração Pública, bem como registrados baixas e ajustes, no SIAFI, de inconsistências geradas pelo antigo Sistema de Controle Patrimonial, o LICIMAP. Foram regularizadas, ainda, mediante registros contábeis, doações processadas em exercícios anteriores, com impacto na conta de Resultado de Exercícios Anteriores (Nota n.º 11).

As conciliações do Valor Contábil Bruto e as depreciações dos bens móveis da JMU foram regularizadas no SIAFI no final do exercício de 2019. Esse fato aconteceu em função das adaptações necessárias na migração de dados do LICIMAP para o GEAFIN. Dessa forma, os saldos têm sido periodicamente mapeados e as diferenças porventura encontradas são encaminhadas ao gestor para os ajustes necessários.

O decréscimo de R\$ 898 mil no custo de aquisição de bens móveis está relacionado à incorporação/desincorporação dos seguintes itens:

Tabela 4 – Composição da Variação dos Bens Móveis

R\$ milhares

	31/3/2020	31/12/2019	Varição
Veículos	9.025	9.478	(453)
Bens de Informática	22.279	21.718	(561)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	9.231	9.056	(175)
Bens Móveis em Almoxarifado	1.489	1.065	424
Demais Bens Móveis	1.159	1.283	124
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	3.573	3.449	124
Móveis e Utensílios	14.639	14.448	191
Total	61.395	60.497	898

Fonte: SIAFI 2019 e 2020

Nota 5 – Ativo Não Circulante – Imobilizado – Bens Imóveis e Depreciação

Refere-se a bens de uso especial e a obras em andamento, utilizados para a execução das atividades da JMU, bem como a bens imóveis funcionais geridos por esta Justiça Especializada, compostos pelos seguintes itens:

Tabela 5 – Bens Imóveis – Composição

R\$ milhares

Bens Imóveis	31/3/2020	31/12/2019	Varição
Edifícios	49.550	49.550	--
Imóveis Residenciais/Comerciais	33.841	33.841	--
Obras em Andamento	20.569	20.374	195
Terrenos/Glebas	2.608	2.608	--
Armazéns/Galpões	1.853	1.853	--
Estudos e Projetos	1.462	1.462	--
Instalações	948	916	32
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	100	100	--
Edifícios Não Registrados no SPIUNET	89	89	--
Subtotal	111.020	110.793	227
Depreciação Acumulada	(9.145)	(8.656)	(489)
Total	101.875	102.137	(262)

Fonte: SIAFI 2019 e 2020

Os registros da depreciação dos bens imóveis são realizados diretamente pela STN em parceria com a SPU por meio do Sistema SpiuNet.

Nota 6 – Ativo Não Circulante – Intangível

Registra os softwares adquiridos de terceiros, licenças e direitos de uso e os aplicativos desenvolvidos internamente, todos para utilização do Órgão, conforme o Procedimento [SIAFI 02.11.30](#) - Despesas com TI.

Tabela 6 – Ativo Intangível – Composição

R\$ milhares

Bens Imóveis	31/3/2020	31/12/2019	Varição
Softwares	6.226	6.212	14
- Softwares com vida útil definida	6.210	6.196	14
- Softwares com vida útil indefinida	16	16	--
Marcas, direitos e patentes industriais	226	226	--
Total	6.452	6.438	14

Fonte: SIAFI 2019 e 2020

Nota 7 – Passivo Circulante – Pessoal a pagar

Em 31/3/2020, a JMU possuía obrigações com pessoal a pagar no montante de R\$ 4.487 mil, referentes ao Décimo Terceiro Salário a Pagar (R\$ 4.450 mil) e a Benefícios Previdenciários (R\$ 37 mil). Em cumprimento ao novo critério contábil adotado pela STN, por meio da [Macrofunção SIAFI 02.11.42](#) - Folha de Pagamento, a JMU utiliza a metodologia de cálculo em que, ao final de cada exercício financeiro, apura-se a diferença entre os saldos de provisões registradas e adiantamentos concedidos, a fim de demonstrativo contábil evidenciar apenas os saldos de provisões a pagar ou de adiantamento a receber. Conseqüentemente, em 31/12/2019, a JMU não apresentava saldo na conta de obrigações trabalhistas.

Em maio/2017, a JMU formalizou contrato de cessão de direito de uso dos códigos-fonte do Sistema de Recursos Humanos (SERH), desenvolvido e de propriedade do TRF da 4ª Região, mediante o qual se espera que sejam implementadas as funcionalidades necessárias à mensuração da provisão da folha de pagamento.

Nota 8 – Passivo Circulante – Fornecedores e contas a pagar nacionais

Refere-se aos valores a pagar aos credores decorrentes da prestação de serviços e do fornecimento de bens e de materiais.

Tabela 7 – Contas a Pagar Credores Nacionais

R\$ milhares

	31/3/2020	31/12/2020	Varição
Fornecedores a Pagar	386	252	134

Total	386	252	134
--------------	------------	------------	------------

Fonte: SIAFI 2019 e 2020

Nota 9 – Passivo Circulante – Valores Restituíveis

Em 31/3/2020, a JMU apresentou saldo de 682 mil (R\$ 525 mil em 31/12/2019) relativo às apropriações oriundas da retenção de valores devidos a fornecedores e a prestadores de serviços, bem como a depósitos e a cauções retidos sobre fornecedores por questões contratuais.

Tabela 8 – Passivo Circulante – Demais obrigações a curto prazo – Valores Restituíveis

	R\$ milhares		
	31/3/2020	31/12/2019	Varição
Depósitos Retidos de Fornecedores	303	299	4
Depósitos e Cauções Recebidos	204	204	--
Saque - Cartão de Pagamento do Governo Federal	82	--	82
Glosa de Encargos Trabalhistas	29	16	13
Outros	64	6	58
Total	682	525	157

Fonte: SIAFI 2019 e 2020

Nota 10 – Passivo não Circulante – Provisões para Perdas Judiciais e Administrativas

Corresponde ao reconhecimento de passivos decorrentes de decisões administrativas alusivas a despesas com pessoal. Esses passivos, reconhecidos pela Entidade como provisões para perdas judiciais e administrativas de longo prazo, totalizavam o valor de R\$ 64.709 mil em 31/3/2020. No exercício de 2020, não houve pagamento ou atualização monetária de tais passivos. Em 2019, foram realizadas baixas de passivos da rubrica VPNI - 13,23%, no valor de R\$ 219.879 mil, e atualizações monetárias e/ou recalculos dos valores de passivos das demais rubricas, conforme orientações e procedimentos definidos pela Secretaria de Controle Interno (SECIN) e informações prestadas pela DIPES.

Tabela 9 – Provisões para Perdas Judiciais e Administrativas – Composição

	R\$ milhares
Passivo Longo Prazo	31/3/2020
Complemento PAE	23.950
VPNI – Quintos	25.889
ATS Magistrados	287
URV (11,98%)	5.024
Abono Variável - Magistrados	214
Outros Passivos	9.345
Total	64.709

Fonte: SIAFI 2020

Nota 11 – Patrimônio Líquido – Resultados Acumulados

A JMU possuía, em 31/3/2020, resultados acumulados superavitários no valor de R\$ 133.735 mil, compostos pela soma do resultado do exercício de 2020 (R\$ 4.098 mil) com os resultados de exercícios anteriores (superávit de R\$ 129.682 mil), deduzidos os ajustes de exercícios anteriores (déficit no valor de R\$ 45 mil).

Tabela 10 – Patrimônio Líquido – Resultados Acumulados

	R\$ milhares		
Resultados Acumulados	31/3/2020	31/3/2019	Varição
Resultado Patrimonial do Exercício	4.098	6.982	(2.884)
Resultados de Exercícios Anteriores	129.682	(75.123)	204.805
Ajustes de Exercícios Anteriores	(45)	--	(45)
Total	133.735	(68.141)	201.876

Fonte: SIAFI 2019 e 2020

4.2. Demonstração das Variações Patrimoniais**Nota 12 – Resultado Patrimonial**

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). Após a apuração, o resultado é transferido para o Balanço Patrimonial, na conta de Superávit/Déficit do Exercício.

O resultado patrimonial da JMU acumulado até o Primeiro Trimestre de 2020 totaliza um superávit de R\$ 4.098 mil, representando uma redução de R\$ 2.884 mil em relação ao mesmo período de 2019 (superávit de R\$ 6.982 mil), conforme Tabela a seguir:

Tabela 11 – Resultado Patrimonial

	R\$ milhares		
Resultado Patrimonial	31/3/2020	31/12/2019	Varição
Variações Patrimoniais Aumentativas	274.442	267.407	7.035
Variações Patrimoniais Diminutivas	270.344	260.425	9.919
Resultado Patrimonial do Período	(4.098)	6.982	(2.884)

Fonte: SIAFI 2019 e 2020

Segundo demonstrado na Tabela seguinte, um dos principais motivos para a redução do resultado patrimonial foi o decréscimo na Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos, no valor de R\$ 6.229 mil.

Nota 13 – Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas

Das VPAs, o item mais representativo para o resultado positivo do período foi o de “Transferências e Delegações Recebidas”, com R\$ 273.722 mil, representando 99,7% do total das VPAs. Isso se deve ao fato de que a JMU não é classificada como agente arrecadador, pois não contabiliza recolhimento de impostos, taxas e contribuições de melhoria, e não gera receita própria em suas atividades finalísticas.

No entanto, as VPDs apresentam uma maior diversidade em suas aplicações, sendo os gastos mais comuns as Transferências e Delegações Concedidas (49%), Pessoal e Encargos (24%), Benefícios Previdenciários e Assistenciais (21%) e Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo (6%) do total de R\$ 270.344 mil.

Tabela 12 – VPAs e VPDs

R\$ milhares			
VPAs	31/3/2020	31/12/2019	Varição
Transferências e delegações recebidas	273.722	260.639	13.083
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	5	9	(4)
Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos	2	6.231	(6.229)
Contribuições	531	322	209
Outras variações patrimoniais aumentativas	182	202	(20)
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	--	4	(4)
Total	274.442	267.407	7.035
VPDs	31/3/2020	31/12/2019	Varição
Transferências e delegações concedidas	133.598	124.060	9.538
Pessoal e encargos	64.087	61.884	2.203
Benefícios previdenciários e assistenciais	56.954	56.595	359
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	15.314	17.591	(2.277)
Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos	--	2	(2)
Tributárias	171	162	9
Outras variações patrimoniais diminutivas	195	123	72
Variações patrimoniais diminutivas financeiras	25	8	17
Total	270.344	260.425	9.919
Resultado Patrimonial do Período	(4.098)	6.982	(2.884)

Fonte: SIAFI 2019 e 2020

Nota 14 – Pessoal e Encargos Sociais

No Grupo de despesas com pessoal e encargos sociais, composto, principalmente, pelos vencimentos e gratificações de natureza salarial, ocorreu um aumento de 3,6% - R\$ 2.203 mil - em relação ao mesmo período do exercício anterior. Esse valor representa uma variação pouco expressiva, visto que já foram realizados, em anos anteriores, os ajustes decorrentes da implementação do Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União, instituído pela Lei n.º [13.317/2016](#), bem como do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), relativo ao aumento do teto constitucional, aprovado pela Lei n.º [13.752/2018](#).

Tabela 13 – Pessoal e Encargos Sociais

R\$ milhares			
	31/3/2020	31/3/2019	Varição
Remuneração a Pessoal	51.927	50.320	1.607
Encargos Patronais	8.354	7.837	517
Benefícios a Pessoal	3.712	3.727	(16)
Outras VPD – Pessoal e Encargos	95	--	95
Total	64.087	61.884	2.203

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota 15 – VPD – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

A variação monetária dos valores reconhecidos como desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos deve-se à essência dos registros consistir em situações atípicas, como nos casos de diminuição do patrimônio pela baixa de material permanente, identificada em grande parte no saldo dessa conta.

De acordo com o [Manual de Administração de Patrimônio e de Material da JMU](#), periodicamente, é realizado o levantamento de bens suscetíveis de desfazimento para posterior avaliação e destinação. Não houve, até o momento, baixa de ativos em 2020.

4.3. Balanço Orçamentário

Nota 16 – Previsão Inicial e Dotação Inicial

O Balanço Orçamentário do Órgão Superior da JMU apresenta-se de forma não consolidada com o BGU. Sendo assim, evidencia-se um desequilíbrio/déficit orçamentário entre a previsão inicial da receita e a fixação da despesa. Isso se deve ao fato de a JMU não possuir, como finalidade, a arrecadação de tributos ou a arrecadação de receitas próprias.

Dessa forma, as atividades finalísticas da JMU são custeadas pela União mediante a descentralização financeira proveniente de fontes de recursos ordinários do Tesouro Nacional, o que não é evidenciado no Balanço Orçamentário e, sim, no Balanço Financeiro.

Tabela 14 – Orçamento Aprovado 2019 – Composição

R\$ milhares

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial
Receitas Correntes	50	Despesas Correntes	572.380
Receita Patrimonial	47	Pessoal e Encargos Sociais	469.094
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	47	Juros e encargos da dívida	--
Receitas de Serviços	3	Outras Despesas Correntes	103.286
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	3	Despesas de Capital	7.815
Outras Receitas Correntes	--	Investimentos	7.815
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	--	Reserva de Contingência	554
Total das Receitas	50	Total das Despesas	580.749

Fonte: SIAFI 2020

Nota 17– Execução Completa das Despesas Orçamentárias

A JMU, até o Primeiro Trimestre de 2020, comprometeu 28,5% (R\$ 163.467 mil) do seu orçamento corrente (R\$ 572.380 mil). Desses empenhos pactuados, 69,7% (R\$ 113.945 mil) referem-se às despesas com pessoal e encargos sociais e 30,3% (R\$ 49.522 mil) representam gastos com a operacionalização de suas atividades.

No tocante ao orçamento de capital, R\$ 7.815 mil foram contratados até o presente momento, sendo que foram comprometidos 4,13% (R\$ 323 mil) com investimentos para a formação ou a aquisição de um bem de capital.

Em relação à reserva de contingência, cujo objetivo é sanar dívidas futuras, prováveis e possíveis de acontecerem, todavia incertas, até o presente momento, encontram-se autorizados R\$ 554 mil.

Tabela 15 – Execução Completa da Despesa Orçamentária

R\$ milhares

Despesas Orçamentárias	Inicial (a)	Atualizada(b)	Empenhada (c)	Liquidada (d)	Paga (e)	Saldo (b-c)
Despesas Correntes	572.380	572.380	163.467	125.630	125.370	408.913
Pessoal e Encargos Sociais	469.094	469.094	113.945	109.454	109.424	355.149
Outras Despesas Correntes	103.286	103.286	49.522	16.176	15.946	53.764
Despesas de Capital	7.815	7.815	323	55	15	7.492
Investimentos	7.815	7.815	323	55	15	7.492
Reserva de Contingência	554	554	-	-	-	554
Total	580.749	580.749	163.790	125.685	125.385	416.959

Fonte: SIAFI 2020

Nota 18 – Fases da execução das Despesas Orçamentárias

Das despesas correntes liquidadas, 99,8% (R\$ 125.370 mil) foram pagas, enquanto que, das despesas de capital liquidadas, 27,3% (R\$ 15 mil) foram quitadas.

O valor de R\$ 53.764 mil refere-se à diferença entre a dotação atualizada e a despesa empenhada na aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da Categoria econômica, despesas correntes não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.

Resta saldo de R\$ 7.492 mil a ser comprometido com despesas de capital não movimentadas.

Tabela 16 – Fases da execução das Despesas Orçamentárias

R\$ milhares

	Dotação Inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	Empenhada (c)	Liquidada (d)	Paga (e)	Saldo (b-c)
Despesas Correntes	572.380	572.380	163.467	125.630	125.370	408.913
Pessoal e Encargos Sociais	469.094	469.094	113.945	109.454	109.424	355.149
Outras Despesas Correntes	103.286	103.286	49.522	16.176	15.946	53.764
Despesas de Capital	7.815	7.815	323	55	15	7.492
Investimentos	7.815	7.815	323	55	15	7.492
Total	580.195	580.195	163.790	125.685	125.385	416.405

Fonte: SIAFI 2020

Nota 19 – Execução dos Restos a Pagar – Não Processados

Do total de restos a pagar não processados inscritos em 2019 e em anos anteriores, 42% (R\$ 12.386 mil) fazem referência às despesas com pessoal; 41,5%, a outras despesas correntes (R\$ 12.267 mil); 16,5%, a despesas de capital com investimentos (R\$ 4.881 mil).

Foram pagos, até o final do Primeiro Trimestre de 2020, em torno de 13,9% (R\$ 4.113 mil) relativos aos restos a pagar não processados da JMU inscritos no exercício de 2019 e nos anos anteriores. Desses restos a pagar não processados pagos até o momento, 47% (R\$ 1.935 mil) são relacionados a outras despesas correntes que, devido ao encerramento do exercício financeiro, não foram liquidadas, ou seja, concluídas em 2019.

O valor de R\$ 25.124 mil, a ser executado como restos a pagar não processados, encontra-se sujeito aos limites de gastos financeiros que a JMU poderá realizar até o final do exercício financeiro, de acordo com a Emenda Constitucional n.º [95/2016](#).

Tabela 17 – Restos a Pagar Não processados – Composição 2019

R\$ milhares

Despesas Orçamentárias	Inscritos em exercícios anteriores (a)	Liquidados (b)	Pagos (c)

Despesas Correntes	24.653	2.506	2.494
Pessoal e Encargos Sociais	12.386	559	559
Outras Despesas Correntes	12.267	1.947	1.935
Despesas de Capital	4.881	1.749	1.619
Investimentos	4.881	1.749	1.619
Total	29.534	4.255	4.113

Fonte: SIAFI 2020

Nota 20 – Execução dos Restos a Pagar – Processados (RPP)

Do total de restos a pagar processados inscritos em 2019 e em anos anteriores, 2,5% (R\$ 11 mil) correspondem a despesas com pessoal; 97,5%, a outras despesas correntes (R\$ 431 mil).

Foram quitados, até o final do Primeiro Trimestre de 2020, em torno de 23% (R\$ 102 mil) relativos aos restos a pagar processados da JMU. Desses restos a pagar processados pagos, 100% (R\$ 102 mil) referem-se a outras despesas correntes que, devido ao encerramento do exercício financeiro, não foram pagas em 2019.

O valor de R\$ 340 mil, a ser pago, encontra-se sujeito aos limites de gastos financeiros que a JMU poderá realizar até o final do exercício financeiro, de acordo com a Emenda Constitucional n.º [95/2016](#).

Tabela 18 – Restos a Pagar processados – Composição de 2019

R\$ milhares

Despesas Orçamentárias	Inscritos em exercícios anteriores e exercício anterior	Pagos	Cancelados
Despesas Correntes	442	102	--
Pessoal e Encargos Sociais	11	-	--
Outras Despesas Correntes	431	102	--
Total	442	102	--

Fonte: SIAFI 2020

4.4. Balanço Financeiro**Nota 21 – Resultado Financeiro**

O Resultado Financeiro da JMU, no período de janeiro a março/2020, foi de R\$ 11.629 mil (R\$ 10.101 mil no mesmo período do exercício anterior), conforme a Tabela a seguir:

Tabela 19 – Resultado Financeiro – Composição

R\$ milhares

	2020	2019	AH
Receitas Orçamentárias	79	69	(14,5%)
Despesas Orçamentárias	(163.791)	(157.983)	3,7%
	(163.712)	(157.914)	3,7%
Transferências Financeiras Recebidas	272.812	260.482	4,7%
Transferências Financeiras Concedidas	(132.266)	(123.745)	6,9%
	140.546	136.737	2,8%
Recebimentos Extraorçamentários	39.173	38.348	2,2%
Pagamentos Extraorçamentários	(4.378)	(7.070)	(38,1%)
	34.795	31.278	11,2%
Resultado Financeiro do Exercício	11.629	10.101	15,1%

Fonte: SIAFI 2019 e 2020

Nota 22 – Despesas Orçamentárias

As fontes de recursos vinculadas determinam a destinação dos recursos de acordo com as vinculações legais, desde a arrecadação da receita. Enquanto que as fontes de recursos ordinárias podem ser utilizadas para qualquer finalidade, tais como pessoal, manutenção e investimentos, bem como para complementar as despesas em áreas nas quais a arrecadação em fontes vinculadas seja insuficiente.

No primeiro trimestre de 2020, as despesas orçamentárias vinculadas atingiram o montante de R\$ 69.326 mil (R\$ 52.517 mil no primeiro trimestre de 2019), representadas, principalmente, pelos gastos com o RPPS, no valor de R\$ 52.481 mil (R\$ 52.273 mil em 2019). Já as despesas orçamentárias ordinárias somaram R\$ 94.465 mil no primeiro trimestre de 2020 (R\$ 105.466 mil em 2019), apresentando redução de R\$ 11.001 mil, quando comparados os dois períodos, conforme a Tabela a seguir:

Tabela 20 – Despesas Orçamentárias – Composição

R\$ milhares

	2020	2019	AH
Despesas Orçamentárias Ordinárias	94.465	105.466	(10,4%)
Despesas Orçamentárias Vinculadas	69.326	52.517	32%
Previdência Social (RPPS)	52.481	52.273	0,4%
Seguridade Social (exceto Previdência)	8.762	--	--
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	8.083	--	--
Receita Diretamente Arrecadada - STM (0150)	--	244	--
TOTAL	163.791	157.983	3,7%

Fonte: SIAFI 2019 e 2020

As despesas vinculadas sofreram acréscimo em 2020, em virtude de alterações na operacionalização do detalhamento da fonte de recursos realizado pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) no momento de elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA). Essa situação é relacionada à redução do repasse de recursos do orçamento de fontes ordinárias (0100) e consequente aumento de repasse em fontes vinculadas (0151 e 0127) para pagamento de despesas com serviços médico-hospitalares, odontológicos e laboratoriais, bem como serviços relativos à manutenção das atividades da JMU (apoio administrativo, limpeza e conservação etc).

Nota 23 – Transferências Financeiras Recebidas

A descentralização de recursos financeiros acontece mediante a transferência de cota da Coordenação-Geral de Programação Financeira (COFIN), Órgão Central de Programação Financeira da STN, para a Setorial Financeira da JMU, representada pela Diretoria de Orçamento e Finanças (DORFI). Por sua vez, essa Diretoria descentraliza, por meio de sub-repasse, os recursos financeiros recebidos para as Unidades Gestoras Executoras do orçamento.

A Cota Recebida em 2020, no valor de R\$ 141.162 mil, corresponde a um acréscimo de R\$ 3.744 mil (2,7%) em relação ao mesmo período do exercício anterior (R\$ 137.417 mil).

O montante do sub-repasse transferido às Unidades Gestoras Executoras está contemplado na cota recebida. Consequentemente, esse valor é apresentado em duplicidade no Balanço Financeiro extraído do SIAFI. Quando verificados os demonstrativos consolidados, constata-se a compensação dessa quantia com as transferências financeiras concedidas.

Tabela 21 – Transferências Financeiras Recebidas – Composição

	2020	2019	AH
Resultantes da Execução Orçamentária	272.812	260.482	4,7%
Cota Recebida	141.162	137.417	2,7%
Sub-repasse Recebido	131.650	123.065	7,0%
Independentes da Execução Orçamentária	--	--	--
TOTAL	272.812	260.482	4,7%

R\$ milhares

Fonte: SIAFI 2019 e 2020

Nota 24 – Transferências Financeiras Concedidas

Do montante de Transferências Financeiras Concedidas resultantes da Execução Orçamentária da JMU no primeiro trimestre de 2020, o valor de R\$ 131.650 mil corresponde à quantia descentralizada para as Unidades Gestoras da JMU (R\$ 123.064 mil no mesmo período de 2019).

Tabela 22 – Transferências Financeiras Concedidas

	2020	2019	AH
Resultantes da Execução Orçamentária	131.650	123.288	6,8%
Repasse Concedido	--	224	100%
Sub-repasse Concedido	131.650	123.064	7%
Independentes da Execução Orçamentária	616	457	34,8%
TOTAL	132.266	123.745	6,9%

R\$ milhares

Fonte: SIAFI 2018 e 2019

Nota 25 – Recebimentos Extraorçamentários

A inscrição de restos a pagar não processados relativos às despesas empenhadas e não liquidadas até o último dia do exercício financeiro foi de R\$ 38.105 mil, representando aumento de R\$ 1.362 mil em relação ao mesmo período do exercício anterior (R\$ 36.743 mil).

Os outros recebimentos extraorçamentários, no valor de R\$ 698 mil (R\$ 457 mil em 2019), referem-se, principalmente, às receitas recebidas do Ministério da Defesa como contribuições para custeio de pensões militares - R\$ 531 mil (R\$ 322 mil no primeiro trimestre de 2019).

Tabela 23 – Recebimentos Extraorçamentários – Composição

	2020	2019	AH
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	300	1.090	72,5%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	38.105	36.743	3,7%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	70	58	20,7%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	698	457	52,7%
Total	39.173	38.348	2,2%

R\$ milhares

Fonte: SIAFI 2019 e 2020

Nota 26 – Pagamentos extraorçamentários

O pagamento de restos a pagar não processados no primeiro trimestre de 2020 foi de R\$ 4.113 mil, representando redução de R\$ 2.754 mil em comparação ao mesmo período do exercício anterior (R\$ 6.867 mil).

Tabela 24 – Pagamentos Extraorçamentários – Composição

	2020	2019	AH

R\$ milhares

Pagamento dos restos a pagar processados	219	175	25,1%
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	4.113	6.867	(40,1%)
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	46	28	64,3%
Total	4.378	7.070	38,1%

Fonte: SIAFI 2019 e 2020

Tabela 25 – Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados – Por Grupo de Despesa

R\$ milhares

	2020	2019
1 – Pessoal e encargos sociais	559	1.872
3 – Outras despesas correntes	1.935	4.405
4 – Investimentos	1.619	590
Total	4.113	6.867

Fonte: SIAFI 2019 e 2020

4.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa**Nota 27 – Demonstração dos Fluxos de Caixa**

As receitas derivadas e originárias não tiveram alterações relevantes no período analisado, sendo que houve aumento em R\$ 10 mil no final do primeiro trimestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano de 2019. Seguindo similar tendência, os desembolsos relativos às atividades operacionais com pessoal se mantiveram em patamares estáveis nos períodos analisados.

A geração líquida positiva de caixa e equivalentes de caixa, no valor de R\$ 11.629 mil, indica o resultado financeiro da JMU no período de janeiro a março/2020, evidenciado na Nota n.º 24 do Balanço Financeiro.

Até o fechamento do primeiro trimestre de 2020, o saldo da conta caixa e equivalentes de caixa final, no valor de R\$ 53.377 mil, representa o saldo de resultado financeiro do período analisado e permanece como conta caixa e equivalentes de caixa inicial para o próximo período a ser analisado, com evidenciação na Nota n.º 1 do Balanço Patrimonial.

Tabela 26 – Fluxo de caixa das atividades operacionais

R\$ milhares

	31/3/2020	31/3/2019	Varição
Fluxo de caixa das Atividades Operacionais	13.379	10.713	(2.831)
Ingressos	273.577	261.066	67.466
Receitas Derivadas e Originárias	79	69	(6.298)
Outros Ingressos Operacionais	273.498	260.996	73.764
Desembolsos	(260.198)	(250.353)	(70.297)
Pessoal e Demais Despesas	(119.824)	(118.931)	(29.106)
Transferências Concedidas	(8.061)	(7.649)	(1.356)
Outros Desembolsos Operacionais	(132.313)	(123.773)	(39.835)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(1.750)	(613)	3.113
Ingressos	--	--	--
Desembolsos	(1.750)	(613)	3.113
Aquisição de Ativo Não Circulante	(1.736)	(593)	3.661
Outros Desembolsos e Investimentos	(14)	(20)	(548)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	--	--	--
TOTAL	--	--	--
Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa	11.629	10.100	282
Caixa e equivalentes de caixa inicial	41.748	46.429	(4.962)
Caixa e equivalentes de caixa final	53.377	56.530	(4.681)

Fonte: SIAFI 2020 e 2019

Brasília/DF, 30 de abril de 2020

BOLIVAR ALVES DOS SANTOS
Analista Judiciário
Contador - CRC DF -021963/O-0

GUTEMBERG DA SILVA OLIVEIRA
Analista Judiciário
Contador - CRC DF - 021798/O-5

JAQUELINE RODRIGUES DE OLIVEIRA
Supervisora Substituta da SEACO
Contadora – CRC DF n.º 024589/O-9

PAULO DANIEL ASSIS DE OLIVEIRA
Supervisor da SEACO
Contador - CRC DF n.º 023894/O-0

ANDRESSA SANTOS DE CARVALHO
Estagiária de Ciências Contábeis

LUCAS DA CONCEIÇÃO SILVA
Estagiário de Letras-Português

1. De acordo.
2. À consideração Superior.

DALILA MELO
Coordenadora da COAVO, em exercício

1. De acordo.
2. Encaminhe-se à STN e à Diretoria-Geral (DIREG) para conhecimento e composição do Processo de Prestação de Contas, que será enviado ao Tribunal de Contas da União (TCU).
3. Publique-se no Portal da Transparência do STM/JMU.

VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA
Secretário de Controle Interno
CRC DF n.º 12715/O-3



Documento assinado eletronicamente por **VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA, SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO**, em 30/04/2020, às 13:18 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DALILA MELO, COORDENADOR(A) DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E ORIENTAÇÃO, em exercício**, em 30/04/2020, às 13:19 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO DANIEL ASSIS DE OLIVEIRA, SUPERVISOR(A) DA SEÇÃO DE ANÁLISE CONTÁBIL**, em 30/04/2020, às 13:20 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **BOLIVAR ALVES DOS SANTOS, ANALISTA JUDICIÁRIO - Área de Apoio Especializado - Contabilidade**, em 30/04/2020, às 13:21 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAQUELINE RODRIGUES DE OLIVEIRA, ANALISTA JUDICIÁRIO - Área de Apoio Especializado - Contabilidade**, em 30/04/2020, às 13:24 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRESSA SANTOS DE CARVALHO, ESTAGIÁRIO(A)**, em 30/04/2020, às 13:56 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GUTEMBERG DA SILVA OLIVEIRA, ANALISTA JUDICIÁRIO - Área de Apoio Especializado - Contabilidade**, em 30/04/2020, às 14:23 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS DA CONCEIÇÃO SILVA, ESTAGIÁRIO(A)**, em 30/04/2020, às 14:25 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1811948** e o código CRC **792AC2A7**.